

*Ata da 11ª Sessão Extraordinária da Assembleia  
Legislativa do Estado da Bahia,  
em 27 de abril de 2011.*

**Presidência do Senhor** Deputado Marcelo Nilo. À hora marcada, através da lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes Srs. Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Cláudia Oliveira, Delegado Deraldo, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gildásio Penedo Filho, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, Joacy Dourado, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Luizinho Sobral, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sildevan Nóbrega, Temóteo Brito, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo (59). Havendo número regimental, o Sr. Presidente, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão, com o objetivo de apreciar o Projeto de Lei nº 19.100/2011, de autoria do Poder Executivo, que “Modifica a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Administração Pública do Poder Executivo Estadual e dá outras providências”. Não houve expediente a ser anunciado, não houve oradores inscritos no Pequeno Expediente. GRANDE EXPEDIENTE – Não houve oradores inscritos no horário das Representações Partidárias. Horário do PSL/PRB/PTdoB – O Deputado Joacy Dourado elogiou as obras que estão sendo realizadas pelo Governo do Estado, em Irecê e região, informando que na próxima sexta-feira, dia 29 de abril, o Governador Wagner vai ao Município, com a finalidade de inaugurar a recuperação da primeira fase da estrada que liga Irecê – Ibititá – Ibipeba, além de lançar o edital e a ordem de serviço para recuperação de um trecho que liga Barra do Mendes – Ibipeba. Convidou a todos para visitarem no próximo final de semana, a Exposição Agropecuária de Irecê, e encerrou agradecendo ao Governador Jaques Wagner, pela realização das obras na mencionada região. O orador concedeu aparte aos Deputados Maria del Carmen, Eures Ribeiro e Temóteo Brito. O Sr. Presidente anunciou a convocação de uma Sessão Extraordinária a ser iniciada, dois minutos após o encerramento desta, com base no inciso II, do art. 92 do Regimento Interno, com o objetivo de apreciar o Projeto de Lei nº 19.100/2011. Horário do PP – O

Deputado Zé Raimundo parabenizou a Mesa Diretora pelas iniciativas na área cultural, reportando-se ao lançamento do livro *A Grande Viagem* de Guilherme Radel, ocorrido nesta tarde na Assembleia. Teceu comentários sobre o projeto de Reforma Administrativa, na pauta desta Sessão, defendendo a aprovação da matéria, e enfatizou a necessidade de mudanças, buscando consenso para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Avaliou que o Governo pretende constituir um Estado através de uma gestão democrática e participativa com a sociedade, e finalizou lembrando as ações e mudanças realizadas em Vitória da Conquista, quando atuou como gestor do Município.

Horário do PR/PSDB – O Deputado Paulo Azi discordou dos pronunciamentos dos deputados da Base do Governo acerca da postura antidemocrática das gestões anteriores ao PT, rememorando alguns atos que reforçam a administração democrática desses governos. Considerou que muitas das bandeiras históricas defendidas pelo PT visavam apenas obter votos, reforçando essa afirmação com a proposta para a extinção do Conselho de Proteção Ambiental (Cepam), contida no projeto de Reforma Administrativa, ao tempo em que lembrou que o meio ambiente era uma das bandeiras defendidas por esse partido. Criticou a urgência para votar o PL nº 19.100/2011, sem dar a oportunidade de a sociedade participar, e finalizou questionando sobre os reais interesses do Governo nos assuntos ambientais.

Horário do PDT/PCdoB – O Deputado Álvaro Gomes considerou o discurso do Deputado Paulo Azi inconsistente, relembrou alguns fatos ocorridos anteriormente à gestão do PT, e avaliou que o Governador Jaques Wagner foi reeleito em decorrência de um bom trabalho realizado, especialmente no que tange à redução das desigualdades sociais. Elogiou o projeto de Reforma Administrativa, destacando algumas propostas importantes para a sociedade, e considerou que alguns pontos necessitam ser revistos e avaliados com mais cautela.

O Deputado Zé Neto avaliou que o PL nº 19.100/2011 vai trazer celeridade e aperfeiçoamento para as políticas públicas, e informou que algumas sugestões propostas por movimentos sociais obtiveram êxitos, sendo incorporadas ao projeto. Destacou algumas propostas importantes da matéria, e reportando-se às entidades ambientais presentes na Galeria, declarou que não há uma desvalorização do CEPRAM. Encerrou afirmando que a inclusão social, o diálogo e o avanço social em todos os seus aspectos, são bandeiras do Governo da Bahia.

Horário do DEM/PRP – O Deputado Adolfo Menezes elogiou a Presidenta Dilma Rousseff pela decisão de privatizar os principais aeroportos desse País, ressaltando o fato de que o Estado não tem condições de suprir todas as áreas. Criticou esta Casa por continuar homologando apenas projetos do Poder Executivo, e mencionou um projeto de sua autoria, que considera importante, o qual propõe a delimitação de áreas de construção próximas às rodovias, e que continua sem apreciação. Criticou a precariedade da rodovia que liga

Salvador – Feira de Santana, cobrando a manutenção por parte do Consórcio que ganhou a privatização da estrada. O Deputado Carlos Geilson teceu comentários sobre o projeto de Reforma Administrativa, informando que só irá se posicionar após a leitura do relatório. Comentou que sempre foi contrário às privatizações realizadas pelo Estado, e tratou das privatizações das rodovias baianas, corroborando com as colocações feitas pelo Deputado Adolfo Menezes. Concluiu criticando os Deputados da Base do Governo por apoiarem as privatizações realizadas no Governo atual, sendo que no passado os mesmos deputados recriminavam esse tipo de expediente. ORDEM DO DIA – Em discussão única e votação foi aprovado o PL nº 19.100/2011, com parecer conjunto pelas Comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos, de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e de Finanças e Orçamento, Fiscalização e Controle, relatado pelo Deputado João Bonfim. Usou da palavra para discutir o projeto, o Deputado Capitão Tadeu. Foram levantadas as seguintes questões de ordem durante a votação da matéria: o Deputado Paulo Azi avaliou que o Deputado João Bonfim apresentou no seu parecer, um substitutivo ao projeto contendo pontos inconstitucionais; o Deputado Luciano Simões considerou também que foi apresentado um substitutivo ao projeto de Reforma Administrativa, que trata de assunto de competência exclusiva do Executivo, sendo portanto um desrespeito à Assembleia; o Deputado Zé Neto esclareceu que o projeto recebeu emendas, sendo algumas acatadas, e declarou que houve um remanejamento de cargos, não sendo criado nenhum cargo como afirmaram os Deputados Paulo Azi e Luciano Simões. O Sr. Presidente esclareceu, no decurso da votação, que a Assembleia não tem competência para criar cargos, fato que o levou a sugerir uma avaliação melhor do parecer visando não ter nenhuma inconstitucionalidade. O Sr. Presidente suspendeu a Sessão por uma hora e trinta minutos durante a votação do projeto. Reabertos os trabalhos, foram levantadas as seguintes questões de ordem: o Deputado Paulo Azi tratou sobre o parecer do Deputado João Bonfim, declarando que no entendimento da Oposição há emendas inconstitucionais, e que portanto a votação do projeto deve ser adiada. Informou que a Base de Oposição irá se retirar do Plenário, caso o Governo insista na votação da matéria; o Deputado João Bonfim declarou que não houve nenhuma intenção de inconstitucionalidade no parecer, e na condição de relator, propôs que fossem retirados os pontos inconstitucionais; o Deputado Paulo Rangel declarou, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que a emenda contém erros. Avaliou que o projeto pode ser votado, sendo os pontos inconstitucionais vetados, quando encaminhado para sanção do Governador Wagner; o Deputado Zé Neto declarou que no seu entendimento não há criação de cargos na matéria, e avaliou que o projeto deve ser votado, porque o relatório foi lido; o Deputado Luciano Simões

considerou que, baseado no art. 41 do Regimento Interno, cabe à Presidência deste Poder, zelar pela Assembleia e pelos deputados. Comentou sobre a tramitação da matéria em regime de urgência, sem que fosse dado aos deputados, a oportunidade de estudar a matéria, bem como foi apresentado um relatório que corresponde a um substitutivo do projeto; o Deputado Reinaldo Braga reconheceu que a matéria contém erros de inconstitucionalidade, situação que o levou a sugerir o encerramento desta Sessão, para então apreciar o projeto original; o Deputado Zé Neto, diante das colocações feitas pelos deputados de Oposição, sugeriu suprimir as partes que contém dúvidas para dar continuidade à votação. O Sr. Presidente esclareceu que não tem condições jurídicas de suspender a votação da matéria, visto que o relatório já foi lido. Diante do exposto, informou que só há duas possibilidades regimentais: votar o relatório ou por acordo com a Oposição. Foram levantadas novas questões de ordem: o Deputado Paulo Azi refutou a ideia de votar um projeto inconstitucional, como sugeriu o Deputado Zé Neto, e condenou o fato de o Governo obrigar os deputados a legislarem sobre algo que compete exclusivamente ao Executivo. Comunicou a retirada dos deputados da Oposição, do Plenário; o Deputado Luciano Simões orientou a bancada do PMDB a não participar da votação, e informou que a Base oposicionista vai entrar com um pedido de liminar na Justiça, solicitando a impugnação da votação, por considerar que é um atentado contra a Constituição Federal e Estadual; o Deputado Reinaldo Braga, na condição de Líder da Minoria, procedeu à leitura dos artigos 77 e 105 da Constituição do Estado, que comprovam a inconstitucionalidade da matéria, e voltou a sugerir o encerramento da Sessão, para apreciar o projeto na próxima semana; o Deputado Zé Neto, citou o artigo 70 da Constituição do Estado, e como Líder da Maioria, orientou a Bancada a votar favorável. Não havendo mais matéria constante da Ordem do Dia, o Sr. Presidente informou o corte do ponto de três deputados ausentes, e declarou encerrada a Sessão, na qual deixaram de comparecer os seguintes Srs. Deputados: Elmar Nascimento, Ronaldo Carletto, Targino Machado e Tom Araújo (04).

PRESIDENTE -

1º SECRETÁRIO -

2º SECRETÁRIO -